

CHRISTIAN RUDOLF BECKER

**RELAÇÕES ENTRE OS PLANOS DE GESTÃO DA CIDADE DE CURITIBA
REFERENTES AO ESPORTE E AO LAZER E A PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Bacharelado em *Educação Física*, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Professora Doutora Simone Rechia.

**CURITIBA
2009**

Dedico este trabalho aos meus
maiores incentivadores: “Meu pai e
minha Mãe”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Agradeço a meus pais, Klaus e Roseli, que sempre apoiaram e me sustentaram em todos os sentidos para que eu pudesse realizar este curso.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação, em especial a professora Simone, que me ajudou neste trabalho de conclusão.

Agradeço aos professores da banca, especialmente à Flavia, pela colaboração durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho, procura-se conhecer algumas das relações existentes entre o que é pensado pela gestão da cidade de Curitiba para o Esporte e para o Lazer referindo-se às possibilidades de participação da comunidade nesses âmbitos. Para contextualizar a discussão, procurou-se contextualizar estes fenômenos dentro da amplitude do que é a cidade, refletindo sobre o que trata do planejamento público relativo as estas temáticas, detectando o que a literatura apresenta em relação à perspectivas democráticas na administração pública. Para isto foram analisados documentos relativos ao Contrato de Gestão para o Esporte e o Lazer, firmado entre a Prefeitura da Cidade de Curitiba e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, além de jornais relativos ao convite da Prefeitura à participação nas audiências Públicas, realizadas em diversas regiões e bairros da cidade. Constatou-se que a gestão de Curitiba para o esporte e o lazer apresenta características democráticas bem delineadas ao longo de sua estrutura de planejamento, contemplando diversas ações e obras que, em tese, garantem a qualidade do que ocorre a respeito dessas duas áreas, sendo possível perceber a possibilidade de participação popular na administração pública através dos diversos meios existentes, além da preocupação da gestão em incentivar a aproximação da população à vida pública.

Palavras-chave: Gestão pública, participação, esporte e lazer.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. JUSTIFICATIVA.....	8
1.2. PROBLEMA	7
1.3. OBJETIVOS.....	9
1.3.1. Objetivo Geral.....	9
1.3.2. Objetivos Específicos.....	9
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	10
2.1. QUANTO À CIDADE.....	10
2.2. QUANTO À PARTICIPAÇÃO.....	12
2.3. QUANTO À SEGREGAÇÃO	14
2.4. QUANTO À INTEGRAÇÃO	17
2.5. QUANTO AO ESPORTE E AO LAZER.....	18
3. METODOLOGIA.....	20
4. O QUE OS DOCUMENTOS NOS DIZEM.....	22
4.1. QUANTO À PARTICIPAÇÃO.....	22
4.2. QUANTO À INTEGRAÇÃO	24
4.3. QUANTO AOS ASPECTOS ESTRUTURAIS.....	25
4.4. QUANTO AOS ASPECTOS EDUCACIONAIS	26
4.5. QUANTO AOS ASPECTOS POLÍTICOS	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICATIVA

Desde minha infância, brincando no quintal, me questionava a respeito do fato de não haver sequer uma quadra de futebol perto de minha casa, onde eu pudesse brincar com os vizinhos sem estar cercado de muros e grades. A rua de minha casa, antes de “anti-pó”, onde às vezes jogávamos “vôlei de portão”, passou a ser uma das vias do transporte público de Curitiba, onde passa hoje uma das linhas do bi-articulado. Segundo relato de meus pais, quando eles chegaram para morar aqui, no bairro Sítio Cercado há pouco mais de vinte anos, havia poucas casas, sendo que o que hoje é o Bairro Novo não passava de um campo com uma ou outra propriedade. Com o passar dos anos, houve uma ocupação rápida e relativamente desordenada dessa região, o que gerou mudanças no seu ritmo, antes de pouco movimento. Se já era difícil realizar alguma atividade quando “a rua ainda era um espaço onde era possível brincar”, a efetivação dessas mudanças fez com que ficasse ainda mais difícil sair de casa para jogar com os amigos. Partindo de minha visão de infância sobre o lugar onde moro, interessei-me em compreender essas mudanças pelo carinho e ligação com a região da cidade onde cresci e comecei a descobrir o mundo. Porém os caminhos foram formando-se de modo diferente do que imaginava, me levando a perceber a amplitude da relação do planejamento urbano e dos espaços para a prática de Esporte e Lazer. Esse interesse me levou iniciar a pesquisa para conclusão de curso tendo em vista conhecer a respeito do planejamento urbano e suas relações com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) a partir da perspectiva da participação comunitária na gestão pública.

Tratando-se da área de conhecimento da Educação Física, acredito que seja interessante compreender e discutir sobre a criação de políticas públicas em relação ao Esporte e ao Lazer em nossa cidade, especialmente no que se refere aos modos de participação social nestes processos, criando assim bases para se discutir possíveis formas de intervenção para uma administração pública de caráter mais democrático.

Como retorno à sociedade, a qual me possibilitou estudar e ter uma formação acadêmica de qualidade, acredito que essa pesquisa poderá contribuir no sentido de

conhecer as características da gestão pública sobre Esporte e Lazer em Curitiba, identificando até que ponto há participação comunitária na gestão dessas dimensões, podendo assim incentivar que outras comunidades possam organizar-se e reivindicar ações em seu benefício.

Para tanto, faz-se necessário compreender algumas das transformações que ocorreram para se gerar a conformação da cidade moderna, percebendo os fatores que levaram pequenos núcleos a se tornarem grandes cidades. Dentro de todo o processo de urbanização, podemos perceber as inserções diversificadas de fenômenos como o esporte e o lazer, apresentando-se como meios de manifestação da cultura gerada nesse contexto. O estudo se baseará na análise de documentos da Prefeitura da Cidade de Curitiba, referentes ao Contrato de Gestão firmado entre o Prefeito e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e às Audiências Públicas.

Para basear tal pesquisa, recorrerei a autores que tratam desde o planejamento urbano, como Rolnick (2004) e Lefevbre (2001), bem como autores referentes à discussão do Esporte e do Lazer, como Mascarenhas (2007) e Marcellino (2004), além de autores que tratam das políticas públicas, como Bobbio (1987).

1.2. PROBLEMA

Através do presente estudo procura-se investigar a seguinte questão: quais as relações entre os planos da gestão da cidade de Curitiba referentes ao Esporte e ao Lazer e a participação da comunidade?

Certamente que não se pode encontrar apenas uma resposta para esta questão, sendo que a proposta deste trabalho é perceber algumas das possíveis relações existentes no âmbito da participação comunitária referentes ao planejamento e desenvolvimento das ações nas esferas do esporte e do lazer.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

- Identificar e compreender algumas das relações existentes entre os planos da gestão da cidade de Curitiba referentes ao Esporte e ao Lazer e a participação da comunidade em tais planos.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Verificar a natureza da proposta da gestão em relação ao esporte e ao lazer;
- Identificar os meios de participação da comunidade na gestão;
- Verificar, a partir dos meios de participação, a natureza dos pedidos da comunidade em relação ao Esporte e ao Lazer;
- Verificar o retorno da Prefeitura da cidade de Curitiba a partir dos requerimentos da comunidade;

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para iniciar a discussão sobre as formas de participação da população em relação às necessidades referentes ao esporte e ao lazer na atual gestão do município de Curitiba, necessita-se compreender o contexto muito mais amplo onde estes dois fenômenos tão estudados na área de conhecimento da Educação Física situam-se.

2.1. QUANTO À CIDADE

Historicamente, cada cidade possui características muito peculiares, marcadas pelos indivíduos, pela natureza, pelas idéias, por influências diversas e muitas vezes quase imperceptíveis.

Sobre montanhas, rios e pedras da natureza primeira se implanta uma segunda natureza, manufaturada, feita de milhares de pelas geométricas. Fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. (ROLNICK, 2004, p. 7)

A autora nos aponta uma perspectiva de observação desse amplo fenômeno, tratando a cidade como uma construção coletiva, fruto do trabalho de muitos homens e mulheres. Quando se pensa na cidade com essa abrangência em relação à participação em sua construção, como se pode deixar de pensar na participação em relação a seu funcionamento e às tomadas de decisão sobre qualquer de suas demandas?

Imbricada portanto com a natureza mesma da cidade está a organização da vida social e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política. (ROLNICK, 2004, p.8)

Essa gestão da produção coletiva pode ser compreendida no sentido em que são investidos os tributos. Existem vários clamores da “opinião pública” a respeito de onde estes recursos devem ser investidos. Porém o que muitas vezes se percebe é a falta de critérios a respeito do uso dos recursos públicos, que podem ser despendidos de modo equivocado.

A gestão da cidade de Curitiba é caracterizada como tecnocrática, na perspectiva das políticas públicas, e possui um caráter científico bem delineado em

suas diversas áreas. Esta conta com instituições que se pautam em dar sustentação ao planejamento, como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Este aval técnico facilita a percepção das necessidades que a cidade apresenta, sustentando assim a direção dos investimentos públicos. A possibilidade que se pretende apontar é a de aproximar as características dessa gestão técnica de qualidade à perspectiva de aumentar o poder de participação da população, percebendo com mais proximidade suas necessidades.

Ao mesmo tempo, esta sociedade pratica a segregação. A mesma racionalidade que pretende ser global (organizadora, planificadora, unitária e unificante) se concretiza ao nível analítico. Ela projeta a separação para a prática. (LEFEVBRE, 2001, p.103)

Este aspecto, apontado pelo autor, remete a certa necessidade da separação, da “setorização” de uma determinada administração. A princípio, percebe-se que a cidade de Curitiba já caminha nessa direção. Um passo muito importante é relacionado à descentralização da administração, que possui uma organização baseada em nove regionais, ou seja, núcleos representantes da administração pública que tem como principal finalidade proporcionar agilidade no serviço público. Isso permite uma proximidade maior da comunidade com a gestão, permitindo assim uma maior participação desta em diversos assuntos.

(...)há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada. Da necessidade de organização da vida pública na cidade, emerge um poder urbano, autoridade político-administrativa encarregada de sua gestão. Sua primeira forma, na história da cidade, é a de um poder altamente centralizado e despótico: a realeza. (ROLNICK, 2004, p.20)

Na análise da história da cidade, a autora aponta essa forma de gestão, totalmente autoritária e dependente da vontade de apenas uma pessoa, o rei. De certa forma isso torna as coisas muito simples, pois para se tomar decisões não é necessário deliberar a respeito de qualquer assunto. Simplesmente se faz a vontade do rei. Pobre do que for contrário ao que ele pensa. Embora isso pareça de certa forma absurdo para a atualidade, esse tipo de gestão não é tão antigo. Atentar para este fato pode ajudar a perceber que as dificuldades que muitas vezes são encontradas ao se tratar da democratização das decisões políticas em qualquer área podem ser resquícios dessa percepção da grandeza e distanciamento das

autoridades. A relação hoje é de trabalho para autoridades como é para qualquer cidadão. Esquecemos que estes trabalhadores apenas possuem a função de administrar o que é de todos os outros trabalhadores, e isto dificulta a aproximação dessas duas “classes”: gestores e não-gestores. E como toda separação em nossa sociedade é gerada pela diferença, segue-se assim o distanciamento de coisas que devem permanecer próximas. Gestão e participação pública são a mesma coisa e não devem ser vistas separadamente e sim funcionando em conjunto.

2.2. QUANTO À PARTICIPAÇÃO

Se no caso da polis ou da civitas o conceito de cidade não se referia à dimensão espacial da cidade e sim à sua dimensão política, o conceito de cidadão não se refere ao morador da cidade, mas ao indivíduo que, por direito, pode participar da vida política. (ROLNICK, 2004, p.22)

Na sequência de sua análise a autora aponta a característica principal em relação à participação comunitária: o direito. No caso que é trazido, da polis ou da civitas, apenas alguns eram tidos como cidadãos, ou seja, possuíam o direito de participar das decisões políticas. Hoje, após muitas conquistas tanto no campo das idéias quanto no campo das leis, todos possuem o direito de participação política a partir de certa idade, pelo menos no Brasil. Homens e mulheres. Porém, ainda entendemos esta participação política de modo muito restrito, enquanto poder associado apenas à época de eleição, onde se escolhe quem serão os representantes para a tomada das decisões. Em virtude da pequena amplitude de entendimento do que venha a ser a participação política, nos restringimos a essa ação pontual e deixamos muitas vezes de lado a possibilidade de participar diretamente e ativamente da vida política da cidade. Isso não é válido somente para o caso do esporte e do lazer, que se pretende salientar neste estudo, mas para qualquer área.

Uma vez conquistado o direito à participação política, o cidadão das democracias mais avançadas percebeu que a esfera política está por uma vez incluída numa esfera muito mais ampla, a esfera da sociedade em seu conjunto, e que não existe decisão política que não esteja condicionada ou inclusive determinada por aquilo que acontece na sociedade civil. (BOBBIO, 1987, p.156)

Infelizmente essa percepção não é tão vista assim nas práticas sociais no Brasil. Talvez isso seja um indício que a sociedade brasileira ainda não alcançou este status de “democracia avançada”. O que é fato é que esta relação entre sociedade civil e participação política deve ser algo indissociável do ponto de vista da administração pública.

(...) o caráter democrático de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as ‘liberdades’ urbanas, para com a realidade urbana, e por conseguinte para com a segregação. (LEFEVBRE, 2001, p.99)

Lefebvre aponta a necessidade daqueles que possuem a responsabilidade da administração pública de perceber como a cidade funciona, quais são suas características, a “realidade urbana” e as suas “liberdades”, ou seja, seu fluxo natural, gerado pelas milhares de vontades que nela residem, agem, se movem, transformam. Não é um trabalho nada fácil, mas existem meios para que ele possa ser construído.

A lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão, que emerge a partir das práticas econômicas do grande comércio e da manufatura, penetra assim na produção do espaço, com planos e projetos debaixo do braço. (...) Essa transformação, além de fundamentar-se em uma nova forma de pensar, baseia-se também em uma nova forma de trabalhar: a divisão do trabalho em minitarefa especializadas, a separação do trabalho intelectual e manual, o domínio do capital e do saber científico sobre a prática. (ROLNICK, 2004, p.58)

Observando de certa perspectiva, é possível perceber que a racionalização passou a ter um plano muito mais delineado nas administrações atuais, pois estas se baseiam em aspectos técnicos e na lógica da especialização. Mas enfatizo novamente que o aspecto técnico deve andar próximo à perspectiva da gestão humanizada, que percebe de perto aquilo que se passa na ponta de sua administração, nas conseqüências que qualquer tomada de decisão gera na vida daqueles a quem a gestão presta seus serviços. Uma das principais características para uma gestão democrática é que esta deve ser mobilizadora da ação comunitária, ou seja, deve criar meios de participação e incentivar seu uso. Bobbio aponta a importância desse fato:

O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta, mas também, e sobretudo, através da extensão da democratização - entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo - a corpos diferentes daqueles propriamente políticos. (BOBBIO, 1987, p.155)

É possível perceber que em algumas áreas, como na saúde, por exemplo, há reuniões semanais nas unidades de saúde, onde há deliberação com a comunidade a respeito das necessidades locais. Porém, poucos sabem da existência desse mecanismo, sendo que, embora exista a estrutura, falte participação em virtude da carência de informação por parte da gestão. Pode-se citar, do mesmo modo, o Programa Comunidade Escola da Prefeitura de Curitiba, que, embora possua um desenho interessante, peca também na mobilização em relação aos possíveis usuários, sendo que quem acaba participando das atividades são apenas alguns moradores do entorno das escolas, na maioria crianças.

2.3. QUANTO À SEGREGAÇÃO

(...) Além da segregação das funções morar e trabalhar, a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais. Existem, por exemplo, setores da cidade onde o lixo é recolhido duas ou mais vezes por dia; outros, uma vez por semana; outros, ainda, onde o lixo, ao invés de recolhido, é despejado. As imensas periferias sem água, luz ou esgoto são evidências claras dessa política discriminatória do poder público, um dos fortes elementos produtores de segregação. (ROLNICK, 2004, p.42)

Pode-se relacionar o fato desta segregação acentuada entre “setores” da cidade também àquela segregação anteriormente citada: a existente entre gestores e a participação pública. Resgato as palavras de Lefevbre anteriormente citadas, que apontam que o caráter democrático de um regime é visto também pela forma como este trata ou se posiciona ativamente quanto à segregação. A administração pública deve procurar minimizar esse efeito, aproximando-se ao máximo das comunidades.

Mas ainda é necessário distinguir entre o poder político e as pressões sociais que podem aniquilar os efeitos da vontade (boa ou má) dos políticos. (LEFEVBRE, 2001, p.99)

Quando a comunidade está mobilizada em função de algum objetivo comum, ela possui muito mais condições de atingi-lo. Trago então o olhar para o objeto deste estudo, que trata do esporte e do lazer. Sabe-se que em função das culturas locais já existem muitas práticas desportivas que se desenvolvem paralelamente às intenções das administrações públicas, como, por exemplo, torneios de futebol de várzea organizados pela própria comunidade. Existem casos onde uma determinada iniciativa do poder público em tentar “maximizar” tais práticas acaba por desarticulá-las. Por que isso acontece? Evidente que não há uma resposta formulada, pois os fatores podem ser inúmeros, mas há um fator central que interfere em qualquer um deles. Falta de comunicação. Quando alguma iniciativa de qualquer gestão pública está desvinculada do conhecimento do público a que pretende atender, há uma grande possibilidade de esta fracassar ou não atingir por completo seus objetivos. Na verdade é algo simples, que os administradores da iniciativa privada já perceberam. Portanto, aponto que o caminho inverso apontado por Lefevbre também é possível, ou seja, o efeito da vontade política, quando desvinculado ou desarticulado da comunidade, pode aniquilar iniciativas sociais antes bem sucedidas.

Uma das características distintivas da estratégia e modo de ação do Estado na cidade capitalista é a emergência do plano, intervenção previamente projetada e calculada cujo desdobramento na história da cidade vai acabar desembocando na prática do planejamento urbano, tal como conhecemos hoje. O que há de mais forte e poderoso atrás da idéia de planejar a cidade, é sua correspondência a uma visão da cidade como algo que possa funcionar como um mecanismo de relojoaria, mecanicamente. (ROLNICK, 2004, p.55)

A autora aponta então uma visão mais próxima do que temos hoje. Embora em sua fala haja certo tom de discordância em relação a esse modo gerado pelo funcionamento da sociedade capitalista, é compreensível entender a necessidade dessa estratégia pela administração pública, visto que é impossível se tratar de administração sem falar em planejamento.

Esta sociedade se pretende e se vê coerente. Ela persegue a coerência, ligada à racionalidade ao mesmo tempo como característica da ação eficaz (organizadora), como valor e critério. (LEFEVBRE, 2001, p.103)

A crítica do autor pode ser compreendida à luz do fato de que essa coerência é buscada sem se levar em consideração as pessoas envolvidas em todo o processo, ou mais amplamente, na complexidade da existência humana.

Eis uma vida cotidiana bem decupada em fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazeres. A separação analítica isolou os ingredientes e elementos químicos, como matérias brutas (quando na verdade resultam de uma longa história e implicam uma apropriação da materialidade). Ainda não acabou. Eis o ser humano desmembrado, dissociado. Eis os sentidos, o olfato, o paladar, a visão, o tato, a audição, uns atrofiados, outros hipertrofiados. Eis, funcionando separadamente, a percepção, a inteligência, a razão. (LEFEVBRE, 2001, p.101)

Essa coerência, ou essa busca desenfreada por coerência, se perde quando os aspectos técnicos da gestão aparecem antes dos aspectos humanos. Como se pode ser coerente em determinada ação quando nem ao menos se compreende o que existe enquanto necessidade de ser realizado? Quando o planejamento urbano é realizado sem uma visão humanizada acaba-se perdendo de vista as pessoas por trás do que será realizado em qualquer âmbito. Esse é um equilíbrio complicado de se encontrar. Possuir um planejamento com bom embasamento técnico e que leve em consideração o público. Não é à toa que as pessoas tenham tanta dificuldade de participar da vida pública; afinal, quando não há identificação ou quando não se sente parte, acaba por se afastar.

A crise da cidade, cujas condições e modalidades são pouco a pouco descobertas, não deixa de se fazer acompanhar por uma crise das instituições na escala da cidade, da jurisdição e da administração urbanas. Com aquilo que dependia do nível próprio da cidade (municipalidade, despesas e investimentos locais, escolas e programas escolares, universidades etc.) passando cada vez mais para o controle do Estado e se institucionalizando no contexto global, a cidade tende a desaparecer como instituição específica. (LEFEVBRE, 2001, p.99)

A amplitude da cidade torna cada vez mais difícil se criar modelos de gestão ágeis e próximos da comunidade. Por este fato é que o autor aponta a tendência do desaparecimento da cidade enquanto instituição específica. Outro fator existente é o choque ou o paralelismo de ações de diferentes níveis (municipal, estadual e federal) sem que haja conhecimento mútuo ou diálogo entre as iniciativas.

2.4. QUANTO À INTEGRAÇÃO

A integração também se torna um tema obsedante, uma aspiração sem objetivo. O termo “integração”, tomado em acepções bastante diversas, aparece nos textos (jornais, livros e também em conversas) com uma frequência tão grande que revela alguma coisa. De um lado, esse termo designa um conceito, que diz respeito e que se insere na prática social, que revela uma estratégia. Por outro lado é um conotador social, sem conceito, sem objetivo nem objetividade, que revela uma obsessão, obsessão de se integrar (nisto, naquilo: num grupo, num conjunto, num todo). (LEFEVBRE, 2001, 103)

Deixando de lado o segundo aspecto apontado da integração, qual seja o de conotador social sem objetividade, pode-se focar no primeiro com mais interesse. Quando se percebe a necessidade da integração enquanto prática social, ou seja, presente no cotidiano, na vida e no pulso da cidade, pode-se pensá-la de forma mais útil, pois ela pode ser uma estratégia. Ou seja, integração pode ser pensada no sentido de compreender de outro modo o ser humano, sem dissociá-lo, transferindo esse modo de pensar para as práticas, quaisquer que sejam, agregando nelas o maior número de sentidos e valores. Quando se atenta para a complexidade do ser humano e de suas relações, em qualquer âmbito, é impossível crer que modelos simplórios de administração possam continuar a serem perpetuados. Essa falta de qualidade muitas vezes observada nos serviços públicos acaba surtindo alguns efeitos, como apontados por Lefebvre:

Isto não quer dizer que esta sociedade se desintegra, que ela cai aos pedaços. Ela funciona. Como? Por quê? Esse é que é o problema. Isto também significa que esse funcionamento não deixa de se fazer acompanhar por um enorme mal-estar (...). (2001, p.104)

Este mal-estar pode ser percebido em comentários freqüentes das pessoas em diversas situações e locais. Porém, pode-se perceber também que em muitos desses casos a população se exime da responsabilidade de participar, de fazer algo de sentido positivo para a sociedade. Isso se deve muito ao senso de individualismo acentuado que se perpetua cada vez mais, o que acaba por dificultar as diferentes estratégias de uma gestão. Lefebvre (2001) aponta que “A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática”. Ora, se a prática de cada ser que compõe esta sociedade é a do individualismo, obviamente que a desintegração será apenas uma consequência.

Outro tema obsedante: a participação (ligada à integração). Mas não se trata de uma simples obsessão. Na prática, a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Após um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e de atividade social, eles voltam para a sua passiva tranquilidade, para o seu retiro. É evidente que a participação real e ativa já tem um nome. Chama-se autogestão. O que levanta outros problemas. (LEFEVBRE, 2001, p.104).

O autor aponta então o aspecto qualitativo da participação. Esta não pode ser bem compreendida pensando-se apenas em “momentos”, em eventos de participação. Deve ser entendida no sentido da prática que é a cidade, anteriormente apontado. Quando a participação torna-se uma prática efetiva, então pode tornar-se um diferencial dentro da administração, uma força que tende no sentido de melhorar os serviços públicos.

2.5. QUANTO AO ESPORTE E AO LAZER

Aponto, portanto, essa possibilidade de participação para o esporte e o lazer.

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a de organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatez e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem a necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’. (LEFEVBRE, 2001, p.105)

Olhando para além do aspecto de necessidade humana, esporte e lazer podem ser concebidos como ferramentas para transformações sociais, ou seja, como práticas que permitam pensar as diversas dinâmicas sociais geradas no cotidiano. Lefebvre levanta uma questão interessante:

Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e participação da cidade, quase inteiramente desaparecidas, e que não podem ser estimuladas nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa, nem por intervenção de especialistas? (LEFEVBRE, 2001, p.104)

A partir da perspectiva do autor, a solução para a problemática da cidade não será encontrada ou apontada por alguém em especial, afinal, esta é fruto de cada

pequena influência gerada em seus diversos fluxos. Alguns autores apontam a possibilidade de uso do tempo e espaço de lazer enquanto potencializadores dessa discussão, como possibilidade de não alienação em relação à sociedade. Mascarenhas (2007), ao tratar da capacitação de agentes sociais de esporte e lazer do Ministério do Esporte, procura situá-los “frente ao escopo mais amplo das transformações sociais em curso”, ou seja, ele aponta a necessidade de compreender esses dois fenômenos percebendo sua inserção dentro de toda a dinâmica social, sem isolá-los.

Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, atividades lúdicas. Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte, e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos. (LEFEVBRE, 2001, p.105)

O autor aponta, em outra obra, uma inter-relação com os diferentes espaços tempos gerados na dinâmica da vida da cidade:

Complexificação (...) que atinge o espaço e o tempo, pois a complexificação do espaço e dos objetos que o ocupam não ocorre sem uma complexificação do tempo e das atividades que nele se desenvolvem. (LEFEVBRE, 1999, p. 151)

Esporte e Lazer, também enquanto considerados espaços e tempos específicos, necessitam ser muito pensados e discutidos dentro da gestão pública, pois podem ser elementos potencializadores de transformações sociais importantes. Alguns autores, como Marcellino (2000), apontam a necessidade da “educação para e pelo lazer”, ou seja, de enfatizar a existência desse tempo e espaço, bem como a qualidade do mesmo, sendo possível utilizá-lo como uma importante meio para o desenvolvimento social.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e se valerá de uma análise interpretativa de documentos. Serão elaboradas categorias de análise que irão auxiliar na compreensão/interpretação dos documentos estudados.

(...) A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES, 1996, p.1.)

A pesquisa se refere aos documentos gerados na segunda gestão do prefeito Beto Richa, durante o ano de 2009, relativos ao contrato de gestão firmado com a SMEL e aos convites às audiências públicas. Este tipo de pesquisa tem como objetivo:

Investigar fontes primárias, que se constituem de dados que não foram codificados, organizados e elaborados para os estudos científicos, como: documentos, arquivos, plantas, desenhos, fotografias, gravações, estatísticas e leis, para poder descrever e analisar situações, fatos, e acontecimentos anteriores, bem como comparar com os dados da realidade presente. (MATTOS; ROSSETTO JR; BLECHER, 2004, p.17.)

O início da pesquisa dos documentos se deu a partir de conversas informais dentro do departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná quanto à possível localização dos mesmos. Inicialmente a idéia era conhecer e analisar todos os meios que possibilitassem a participação da comunidade em relação ao esporte e lazer, portanto era necessário fazer um levantamento de todos estes meios. Então decidi me dirigir até a SMEL para levantar as informações pertinentes também através de conversas informais com os coordenadores. Foi levantado nessas conversas que os meios de participação são diversos, sendo possível fazer requerimentos através de **ofícios**, do **telefone da prefeitura (156)**, das **audiências públicas**, **diretamente na SMEL**, através do **site da prefeitura** ou mesmo diretamente no **gabinete do prefeito**. Questionei com relação a como era

possível acessar estes meios para realizar a análise das informações neles contidas. Com relação aos ofícios, não haveria a possibilidade de acesso, pois estes são diretamente encaminhados para as secretarias e executados assim que possível, não sendo arquivados. As centrais de atendimento mostraram-se como de difícil acesso, pois nem nos diversos departamentos da Prefeitura contatados consegui as informações quanto a eles. O meio que se mostrou mais interessante foi o das audiências públicas, principalmente por se apresentar como meio de comunicação direta e próxima do responsável pela gestão da cidade, o prefeito, e a população de cada região onde a audiência é realizada.

Fui informado na SMEL que tanto o contrato de gestão quanto as audiências públicas poderiam ser acessados no site da prefeitura. Porém, ao acessá-lo, apenas o contrato de gestão se encontrava disponível e pode ser copiado livremente. Já as audiências públicas não apresentam nenhum meio de acesso eletrônico. Então acessei a Central de Atendimento e Informações da Prefeitura (156) através da internet e fui indicado ao Prédio Central da Prefeitura, onde poderia obter a informação. Do Prédio Central me encaminharam para o Edifício Delta da Prefeitura, para a Assessoria de Assuntos Comunitários. Em conversa com o responsável pela assessoria, foi-me relatado que as audiências não eram um meio formal, portanto não há registro oficial para os requerimentos nelas realizados, ou seja, não existe uma sistematização desse meio, sendo que **o que é firmado na audiência deve ser realizado dentro de dez dias**. Entretanto existe a formulação de um jornal convite de cada audiência, que apresenta obras e ações realizadas na região onde acontece a audiência.

Na assessoria me disponibilizaram quatro jornais relativos às audiências realizadas em 2009, nos bairros Ahú e São Lourenço, Pinheirinho e Sítio Cercado, para o Conjunto Residencial Mercúrio e região e para a Vila São Jorge e região. Foi disponibilizado também um quadro informativo sobre as audiências realizadas em 2009, um modelo de divulgação das audiências e uma pesquisa sobre perfil da participação da comunidade nas audiências.

A partir da leitura tanto do contrato de gestão quanto dos jornais convite das audiências, decidiu-se separar as categorias de análise baseando-se nas subdivisões observadas na revisão, relativas à participação e integração e acrescentar categorias relacionadas a aspectos educativos, estruturais e políticos.

4. O QUE OS DOCUMENTOS DIZEM

Nesta etapa, serão tratados os documentos relativos à proposta da gestão, ou seja, o contrato firmado no início da gestão e dois jornais convite das audiências públicas.

Com relação ao contrato, serão analisados a cláusula que trata de seu objetivo e finalidade e os quadros referentes aos Programas “Esporte e Lazer” e “Bom Governo para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer”. O Programa “Esporte e Lazer” é subdividido em dois Projetos; o primeiro chama-se “Mais Esporte e Lazer” e o segundo chama-se “Rede de atendimento do Esporte e Lazer”. Cabe ressaltar que este contrato é assinado entre o Prefeito e o Secretário da SMEL.

Com relação aos jornais convite das Audiências Públicas, serão analisados os relativos às Audiências do Ahú e São Lourenço e do Conjunto Residencial Mercúrio e Região pelo fato de conterem elementos das temáticas em estudo.

A partir das categorias de análise citadas na metodologia, serão relacionados alguns trechos pertencentes a estes documentos.

4.1. QUANTO À PARTICIPAÇÃO

Na Cláusula Primeira, que trata do Objetivo e Finalidade do Contrato, apresenta enquanto missão institucional da SMEL:

Fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas ao cidadão curitibano, para o seu bem-estar, promoção social e inserção na sociedade.

Percebe-se, até pelo uso do verbo ao início, que a ênfase da intenção do contrato é relativa ao incentivo à participação da comunidade no que tange o esporte e o lazer, sendo responsabilidade da instituição não só o desenvolvimento das diversas práticas, mas o incentivo à inserção da população em tais práticas.

No quadro relativo ao “Programa Esporte e Lazer” é apresentado enquanto objetivo:

Intensificar a promoção da prática do Esporte, do Lazer e da Atividade Física, oportunizando ao cidadão, o desenvolvimento de suas potencialidades e do seu bem estar.

Neste trecho, percebe-se a ênfase relativa ao aspecto quantitativo da participação, sendo apresentadas no quadro referido as metas percentuais para aumento da participação da população tanto em atividades sistemáticas (aproximadamente 1% de aumento para o ano de 2009) e em atividades assistemáticas (eventos).

No quadro relativo ao “Projeto Mais Esporte e Lazer” é apresentado enquanto objetivo:

Ampliar as ações, o número de pessoas beneficiadas com as parcerias e o uso de locais alternativos para a prática de Esporte, Lazer e Atividade Física.

Neste trecho, reitera-se o aspecto quantitativo, ou seja, a preocupação em aumentar o alcance das atividades físicas, de esporte e de lazer. Acrescenta-se que nesse quadro há ênfase no cuidado em atender certos públicos, como a terceira idade e pessoas com deficiência, além da realização de campanhas educativas;

No quadro relativo ao “Programa Bom Governo para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer” é apresentado enquanto um dos objetivos:

Implementar estratégias e práticas de excelência em gestão, que potencializem a qualidade, a produtividade e a inovação, **com participação e compromisso de todos**, para melhor atender ao cidadão curitibano.

Neste trecho é possível perceber a ênfase da participação em relação aos servidores, o que aponta para o caráter técnico da gestão da cidade de Curitiba.

No jornal convite da audiência pública dos bairros Ahú e São Lourenço há um artigo com o título “O esporte que educa as crianças”. Além do aspecto educativo que será tratado em outra categoria, o aspecto da participação é enfatizado em certos trechos. A proposta refere-se a ampliar a atuação do programa chamado “Educação pelo Esporte”, com o objetivo de realizá-lo em mais quarenta locais além dos cinco onde este já ocorre.

No jornal convite da audiência pública do Conjunto Residencial Mercúrio e região há um artigo com o título “Quadra esportiva garante o lazer dos jovens”. O artigo aponta o aspecto da participação relacionando a possibilidade do uso do equipamento dentro do Programa Comunidade Escola, para a população do entorno da escola.

4.2. QUANTO À INTEGRAÇÃO

Na Cláusula Primeira, que trata do Objetivo e Finalidade do Contrato, apresenta enquanto missão institucional da SMEL:

Fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas ao cidadão curitibano, para o seu bem-estar, **promoção social e inserção na sociedade.**

Além do aspecto da participação já salientado anteriormente, percebe-se também neste trecho a preocupação com a inserção do cidadão na sociedade, na possibilidade de usufruir a cidade. O trecho é direto por se tratar do objetivo, sendo que os meios para alcançá-lo são apresentados dentro do quadro dos projetos, especialmente no que trata das atividades para as diferentes faixas etárias e necessidades.

No quadro relativo ao “Programa Bom Governo para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer” é apresentado enquanto um dos objetivos:

Formular e aplicar políticas de desenvolvimento dos gestores e dos servidores públicos (inclusive dos aposentados) **que estimulem a compreensão de seu papel social e de sua capacidade de articular soluções para a demanda da cidadania.**

O trecho enfatiza primeiramente que a própria atuação do gestor, a sua prática, deve ser estimuladora da “compreensão de seu papel social” de “articular soluções para a demanda da cidadania”. Quando se trata de articular as soluções, pode-se entender que para que isso aconteça deve existir um diálogo próximo entre os gestores e a comunidade para identificar quais são essas demandas e quais as possibilidades para supri-las.

No jornal convite da audiência pública dos bairros Ahú e São Lourenço no artigo já citado “O esporte que educa as crianças” há um trecho que revela a participação de duas secretarias no desenvolvimento do programa Educação pelo Esporte: a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Secretária Municipal de Educação. Além de apresentar-se como uma estratégia política para a captação de recursos públicos para o programa, sendo que a SMEL oferece os professores e a SME oferece o material, pode-se perceber a necessidade de contar com diversas

frentes, havendo a necessidade da integração do trabalho primeiramente entre as diferentes secretarias e depois em relação aos espaços públicos.

No jornal convite da audiência pública do Conjunto Residencial Mercúrio no artigo já citado “Quadra esportiva garante o lazer dos jovens” há um trecho que busca apontar a integração relacionando o uso do novo espaço com a “melhoria no desempenho escolar dos estudantes e o maior convívio entre a família”. A ênfase da integração também é apontada como resultado das atividades realizadas no Programa Comunidade Escola.

4.3. QUANTO AOS ASPECTOS ESTRUTURAIS

No segundo quadro, relativo ao “Projeto Mais Esporte e Lazer” é apresentado enquanto objetivo:

Ampliar as ações, o número de pessoas beneficiadas com as parcerias e o uso de locais alternativos para a prática de Esporte, Lazer e Atividade Física.

Percebe-se neste trecho também a preocupação da apropriação de espaços diferenciados para as práticas do Esporte e do Lazer, apresentados no quadro como possíveis “espaços ociosos sob a administração de outras Secretarias”.

O terceiro quadro do contrato, relativo ao “Projeto Rede de Atendimento do Esporte e Lazer”, trata exclusivamente do aspecto estrutural, ou seja, espaços e equipamentos da SMEL, no que tange a reformas, implantação de novos equipamentos, aquisição de materiais. Este Projeto apresenta enquanto objetivo:

Ampliar e melhorar a rede física de atendimento ao Esporte, Lazer e Atividade Física.

Este quadro revela a preocupação da Prefeitura em atuar no sentido de munir a cidade com muitos equipamentos para as práticas de Esporte e de Lazer.

No jornal convite da audiência pública do Conjunto Residencial Mercúrio no artigo já citado “Quadra esportiva garante o lazer dos jovens” observa-se que a ênfase geral é relativa à estrutura, relacionando os demais fatores já apresentados referentes tanto à participação quanto à integração com a construção da quadra esportiva. Importante salientar que é apresentada a possibilidade de diversas

apropriações da quadra diferentes do esporte propriamente dito, sendo que também são desenvolvidas oficinas para jovens (não são especificadas as oficinas).

No jornal convite da audiência pública dos bairros Ahú e São Lourenço no artigo já citado “O esporte que educa as crianças” percebe-se a lógica da Prefeitura de utilização de espaços públicos para a realização das atividades do programa Educação pelo Esporte, sendo que o piloto foi realizado em cinco escolas e a proposta de ampliação refere-se a campos de times de futebol da cidade. Em outro artigo, chamado “Parque mais bonito para lazer das famílias” a ênfase apresentada refere-se à melhoria da iluminação pública, que permite a utilização do parque São Lourenço inclusive à noite, e também à melhoria das pistas de caminhada e a recuperação do Centro de Criatividade.

4.4. QUANTO AOS ASPECTOS EDUCACIONAIS

No quadro relativo ao “Programa Bom Governo para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer” é apresentado enquanto um dos objetivos:

Formular e aplicar políticas de **desenvolvimento dos gestores e dos servidores públicos** (inclusive dos aposentados) que estimulem a compreensão de seu papel social e de sua capacidade de articular soluções para a demanda da cidadania.

Neste trecho é possível perceber a preocupação em relação à formação dos gestores, sendo que no mesmo quadro, relativo as metas para o ano de 2009, são apresentadas ainda as propostas de “incentivar os servidores para a obtenção da graduação de nível superior” e “garantir a participação no mínimo de um curso de capacitação/ano para todos os servidores”.

No jornal convite da audiência pública dos bairros Ahú e São Lourenço no artigo já citado “O esporte que educa as crianças” percebe-se que a ênfase geral é dada ao aspecto educativo da prática do esporte, mesmo sem especificar como as atividades acontecem, qual perspectiva é utilizada ou qualquer informação de cunho pedagógico. Isto é compreensível visto que a função deste trecho é informativa e possui sua limitação. Entretanto, é necessário distinguir a perspectiva do uso da atividade esportiva dentro dos âmbitos do esporte e do lazer para conhecer a natureza e os valores dessas práticas.

4.5. QUANTO AOS ASPECTOS POLÍTICOS

Convém ressaltar que todos os documentos utilizados têm em sua base o cunho político, afinal de contas são as formas criadas para organizar e dar visibilidade ao que é feito pela gestão. Nos jornais convite das audiências públicas é nítido este aspecto enquanto estratégia, sendo que são apresentadas, anteriormente às audiências, as obras e ações realizadas pela Prefeitura na região.

No quadro relativo ao “Programa Bom Governo para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer” é apresentado enquanto um dos objetivos:

Formular e aplicar políticas de desenvolvimento dos gestores e dos servidores públicos (inclusive dos aposentados) que estimulem a compreensão de seu papel social e de sua capacidade de articular soluções para a demanda da cidadania.

Intimamente ligada ao aspecto educacional apresentado anteriormente, o trecho revela essa preocupação enquanto um aspecto político, de compromisso com a formação dos servidores, na perspectiva de munir a gestão dos mais diversos conhecimentos, com o objetivo de melhorar os serviços e proporcionar a aproximação com a comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados encontrados no contrato de gestão, é possível afirmar que os planos relativos ao esporte e lazer, em tese, possuem um aspecto democrático muito bem elaborado. Além disso, enquanto organização administrativa, os programas e projetos apresentam propostas coerentes com a lógica da participação da população, sendo englobados tanto aspectos relativos à estrutura para a realização das ações quanto os aspectos relativos às ações propriamente ditas, contemplando as mais diversas condições, desde as crianças, a terceira idade até as pessoas com deficiência física. Salienta-se ainda a preocupação com a formação dos gestores referente à busca de melhorar a prática profissional em relação às “demandas da cidadania”.

Com relação às audiências, diferente do que se pensava inicialmente, estas se constituem como um meio informal de participação da comunidade na gestão, sendo possível observar aspectos positivos e negativos com relação a isto. Por um lado, a estrutura desenvolvida pela Prefeitura permite uma participação dinâmica da população não só em relação ao Esporte e ao Lazer, mas para qualquer âmbito. Por outro lado, a não ser que se esteja presente na audiência, não é possível acessar qualquer documento que permita conhecer a natureza do que é decidido, pois a sistematização dessas informações é realizada pela equipe técnica em função da execução das ações e não é disponibilizada ao público em geral.

Segundo as informações fornecidas pela Prefeitura, o retorno do que é firmado nas audiências deve acontecer em até dez dias, ou seja, em tese, é um meio rápido e eficaz para solucionar as demandas da região onde a audiência é realizada. Para poder confirmar o funcionamento desta estrutura, seria necessário realizar um estudo de caso em alguma audiência específica, buscando comprovar a real resposta da gestão em relação aos pedidos, especialmente no que se refere ao esporte e ao lazer.

Portanto, constata-se que não foi possível conhecer a natureza dos pedidos da população, visto que nos documentos da Prefeitura não há uma sistematização destes pedidos dentro das audiências. Uma sugestão, ainda que este instrumento possua o caráter de informalidade, seria a de se realizar um documento/registro de cada audiência, apontando os pedidos realizados e também o que é firmado para ser realizado.

Com relação à natureza da proposta da gestão, observou-se que esta está em sintonia com o ideal democrático e visa à participação da comunidade como uma forma de qualificação da gestão. Observa-se ainda que a Prefeitura, com a implementação da estratégia das audiências, procura dar maior agilidade à resolução dos problemas gerados nas diversas dinâmicas da cidade.

Finalmente, é possível afirmar que as relações entre a comunidade e a gestão podem ocorrer à medida que ambas aproximam-se e que, as estruturas e meios existem e devem ser utilizados para fazer valer a vontade popular a partir do aval técnico da gestão.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEFEVBRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999

LEFEVBRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

MASCARENHAS, Fernando. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: **Gestão pública e políticas de lazer: a formação de agentes sociais**. Lino Castellani Filho (Org.). Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETO JR, Adriano José; BLECHER, Shelly. **Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Em Educação Física**. Phorte Editora, 2004.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração. São Paulo, V.1, N° 3, 2° SEM./ 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUTIBA. **CONTRATO DE GESTÃO**. 2009.
Disponível em:
http://sitepmcestatico.curitiba.pr.gov.br/servicos/comunicacao/contrato_de_gestao/contratos.htm acessado em 29/11/09.

ROLNICK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.